

“SER OU NÃO SER”: A PROFISSÃO DOCENTE NAS PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS ESCOLAS DO CAMPO

Ana Maria Hostin

Univille - Universidade da Região de Joinville
anahostin@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se verificado, um forte desinteresse por parte de alunos que terminam o ensino médio, para o ingresso em cursos de licenciaturas. Esta falta de procura pela formação docente pode estar aliada à baixa valorização do profissional docente, com a falta de estrutura das instituições, baixa remuneração, precariedade ou insuficiência de materiais didáticos e, sobretudo de políticas públicas que levem em consideração tais questões.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo principal a investigação sobre as percepções de estudantes concluintes do último ano da Educação Básica, das comunidades rurais, em relação à profissão docente. São questões também deste estudo: as escolas localizadas em regiões rurais estimulam a formação educacional? Quais

políticas públicas estão sendo desenvolvidas no Brasil para motivar jovens de regiões rurais a adentrarem no ensino superior?

Em estudo realizado sobre o panorama da educação do campo no Brasil tendo como indicadores a base de dados do Plano Nacional de Educação, e do Educacenso, ambos de 2007, Monteiro e Oliveira (2010), ressaltam a realidade alarmante vivenciada pela população do campo, no que tange a sua educação. Segundo os autores é no campo que estão os piores índices de analfabetismo. 23,3% da população de 15 anos ou mais é analfabeta enquanto que a população urbana o índice é estimado em 7,6% (Dados do PNAD, 2007).

Cabe destacar que os avanços e recuos em torno desta temática tem também presente a tensão da ação do Movimento Social em diferentes frentes. Tal posicionamento vem, sobremaneira pressionando de forma estratégica, o Estado brasileiro ao cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, da qual o Brasil é signatário, e onde consta a educação como direito. Do mesmo modo, vem exigindo o cumprimento da Constituição de 1988, onde se estabelece a educação como *direito público subjetivo* – direito do cidadão, obrigação do Estado à universalidade do conhecimento construído e sistematizado historicamente.

Para a compreensão da complexidade entre rural e urbano no Brasil, cabe a leitura do trabalho de José Eli da Veiga (2003), intitulado “Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula”, onde já num dos primeiros artigos, o autor infere que, no Brasil:

Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70% (p. 32).

O contexto da educação brasileira, seus conceitos e paradigmas é problematizado por diversos autores e acervos são fundamentais, pois apresentam importantes discussões sobre as diferentes territorialidades e as políticas públicas de educação.

Entretanto, basta fazer uma busca com os descritores “rural”, “educação do campo”, “escolas rurais”, para se perceber que poucos são os trabalhos acadêmicos sobre esta temática. Tendo como base este cenário, sublinha-se a relevância da pesquisa, pela sua contribuição na área de educação e para a historiografia local, pois são praticamente inexistentes os trabalhos sobre a educação do campo/rural e que investigam nestas comunidades, a formação sob a perspectiva profissional docente.

QUEM SÃO OS INTERLOCUTORES DESSES DEBATE? Fundamentos teóricos

A educação no Brasil vem sendo acompanhada de um processo histórico com instabilidades no que tange às políticas públicas, favorecendo em grande parte deste processo as classes dominantes. Isto pode-se explicar em grande parte pelo que Emir Sader relata no prefácio da obra “A educação para além do capital” de István Mészáros (2005, p. 15):

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes.

De acordo com o texto acima exposto, esta transformação da educação como uma “peça do processo de acumulação de capital” está inserida neste processo histórico, aqui anteriormente citado. Em todo o processo de construção de uma sociedade capitalista, a própria educação é vista como nada menos que, uma mercadoria.

Com esta lógica consumista, os valores humanos são engolidos por uma massiva onda de lucro e poder, onde a modernização é inserida na educação como prioridade para um ensino de qualidade. Conforme infere LAVAL (2004, p. 215):

Como medir a parte crítica e cívica da cultura transmitida? Como apreciar a integração dos valores de igualdade, de honestidade, de verdade, de tolerância que se dizem, muitas vezes, no coração da escola? E se

soluções segregacionistas produzissem resultados escolares melhores que os de uma organização escolar socialmente ou eticamente mista, seria preciso adotá-las em nome da “eficácia”?

Ghiraldelli (2009) também enfatiza em sua obra as mudanças que ocorreram no Brasil em todas as fases por qual o país passou, em sua esfera política, influenciando fortemente a educação. Embora o Brasil, tenha sentido grandes mudanças, principalmente de cunho modernistas e sanitaristas, durante a chamada “República Velha”, pouca coisa na educação sofreu modificações no que se refere à atender às camadas menos favorecidas. A educação que desde o Império era construída com base na elite e para a elite, continuou sendo excludente, ao que conforme o autor cita, “em 1920, 75% da população em idade escolar ou mais, era analfabeta” (p. 33). Quase findando o período aqui mencionado (1889-1930), poucas transformações manifestavam-se no acesso à educação.

Quase 100 anos se passaram, desde que a República Velha deu lugar ao novo regime governamental, no entanto, conforme desvelado no início desta fundamentação, o ensino público continua sendo cada vez mais desvalorizado e arremessado contra políticas que dia a dia, o deslocam para o esquecimento. O abandono e desvalorização da escola pública engendrou um esquecimento ainda maior nos meios rurais, os quais, distantes do meio urbano, têm diariamente suas escolas fechadas, sem um estímulo estatal aos moradores destas regiões.

No entanto, esta visão que desmantela o rural e todas as suas vias de sociabilidades, é mesmo falha sob a ótica neoliberalista, pois mesmo o lucro da empregabilidade é gerado com mais oferta, a partir dos meios rurais, e quando não nas próprias zonas rurais, mas com matérias primas provenientes do rural. Isto fica bastante evidente, na obra “Cidades Imaginárias”, de acordo com o que afirma Veiga (2003, p. 211):

Em qual dos tipos de indústria surge mais oferta de empregos quando aumenta a produção? Nas que tendem a se localizar nas manchas mais urbanas ou, ao contrário, nas que têm razões de sobra para se localizar em pequenos e médios municípios com características rurais? O senso comum levaria qualquer pessoa a imaginar que são as mais urbanas as que criam mais empregos por acréscimo de produção. [...] A expansão produtiva gera pelo menos duas vezes mais empregos nas indústrias

agroalimentares e de calçados, do que o que faz em indústrias automobilísticas ou de equipamentos eletrônicos. Melhor: ela gera três vezes mais empregos na agropecuária e quatro vezes mais no ramo de artigos do vestuário.

Corroborando com essa reflexão onde a própria lógica de mercado, em que o que não dá lucro é eliminado, pode ser vista como uma grande contradição, já que o que gera mais lucro para o meio urbano, é o rural.

Assim, em uma discussão de Vendramini (2007, p. 123), a educação no campo não é iniciativa das políticas públicas, que em sua maioria são criadas pensando na educação urbana e esquecendo-se das particularidades do meio rural. A educação não deve ser vista como lucrativa, mas sim como articuladora e constituidora das relações sociais, que se entrelaçam com a cultura, o trabalho, o cotidiano e a história das sociedades em que vivemos.

Considerações Finais

Se formos avaliar, os últimos censos realizados pelo IBGE (2000, web), os números mostram que o número de crianças e adolescentes em idade escolar ainda é maior no meio rural, do que no urbano:

As taxas de atividade da população residente em área urbana superaram as da rural, nas faixas etárias de 18 a 59 anos de idade. Na área rural, no entanto, foi mais intenso o ingresso de crianças e adolescentes e a permanência de pessoas de 60 anos ou mais no mercado de trabalho. A taxa de atividade das crianças de 10 a 14 anos de idade foi de 7,0% para as que moravam em área urbana e de 16,3% para as residentes em área rural.

Neste sentido, torna-se relevante investigar os acervos digitais de dados do IBGE, CAPES, IPEA, Anped, revistas científicas como a Revista Brasileira da Educação, Em Aberto, Cadernos Cedes, Revista da INEP, Educação e Pesquisa entre outros periódicos, que auxiliarão a enriquecer as discussões a respeito de Educação no Campo e Territorialidades.

Assim anseia-se que a Pesquisa em desenvolvimento contribua para a construção histórica da educação do campo ampliando as referências de estudos dessa temática no

Brasil. Outra dimensão desejada é que essa investigação possibilite novas discussões sobre as políticas públicas nacionais voltadas para a Educação Pública do Campo em especial para os jovens.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ Acesso em 20 de abril de 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GHIRALDELLI, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE. Censo Demográfico – 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulacao.shtm> Acesso em: 31. ago. 2013

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

MESZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

TAMANINI, Elizabete; GRUN, Mauro; PEIXER, Zilma Isabel. **Territórios de Poder: Identidades, Educação, Políticas Territoriais e Grandes Empreendimentos na Serra Catarinense**. 31 ANPOCS. Outubro 2007.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VENDRAMINI, Célia Regina. EDUCAÇÃO E TRABALHO: REFLEXÕES EM TORNO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.